

Economistas prevêem crescimento reduzido no ano que chega

Um pequeno crescimento da atividade econômica em 1993 é a previsão de cinco dos seis economistas ouvidos pelo GLOBO. Entretanto, não será nada de muito relevante. Haverá apenas uma pequena aceleração da produção, puxada por um consumo que há dois anos está bastante reprimido e que agora deve sofrer alguma recuperação, em função da nova política salarial e das medidas compensatórias que o presidente Itamar Franco pretende adotar. Os mais otimistas falam em aumento entre 2% e 3% para o Produto Interno Bruto (PIB).

A voz discordante é a do ex-ministro do Planejamento Roberto Campos, para quem, se

persistir a indefinição demonstrada até aqui pelo governo Itamar Franco, ninguém vai investir e o país continuará na recessão. Quanto à inflação, as expectativas não são muito boas. O problema todo está no ajuste fiscal, que mais uma vez começa um ano apenas na promessa.

Para Roberto Campos, o pacote tributário de dezembro — as mudanças no Imposto de Renda da pessoa jurídica — é pouco para que se possa sonhar mais alto. Ele diz, inclusive, que as medidas anunciadas são recessivas, porque aumentam a carga das empresas.

O economista Edmar Bacha prevê taxas elevadas de inflação:

para ele, só em 1994 o Brasil saberá se vai ou não tornar-se um país melhor — a partir da definição do regime de governo e da revisão constitucional.

— A decisão para onde vai o país só virá a partir da conjuntura política de 1994 — diz Bacha.

Como quase todos os analistas, o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso e o economista Cláudio Considera, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do Ministério do Planejamento, também acham que é preciso muito mais no que diz respeito ao ajuste fiscal. Mas, para ambos, um dos destaques positivos

da política econômica desenvolvida por Itamar Franco está na rapidez com que o governo obteve a aprovação do pacote de dezembro.

Outra medida apontada como positiva é a aprovação do projeto que torna as estatais sujeitas às leis de falência e concordata, além da auditoria que o presidente promete fazer nas empresas públicas. De negativo, os pontos mais lembrados são o adiamento da privatização, a discordância em torno de propostas econômicas ocorrida entre autoridades e as sugestões de choques heterodoxos que vêm sendo feitas em nome de assessores do presidente.